

Expresso

27-11-2010

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 167000

Temática: Economia

Dimensão: 132

Imagem: N/Cor

Página (s): 48

Socialistas desistem de taxar dividendos da PT, Portucel e JM

Por “**dificuldades técnicas**” a tributação de dividendos segue dentro de momentos... em 2011

Caíram em saco roto os apelos de deputados do PS para que fosse encontrada uma forma de tributar a distribuição de dividendos que várias empresas, PT, Portucel e Jerónimo Martins (JM), se prepararam para antecipar — um estratagemma para contornar a entrada em vigor do OE-2011,

que prevê a cobrança de impostos sobre esses lucros. O Expresso sabe que o Governo e o PS não tomarão quaisquer medidas nesse sentido. A principal razão é a dificuldade em encontrar uma “solução técnica eficaz”. Além disso, os decisores socialistas receiam o efeito “imprevisível” de uma alteração de regras à pressa perante potenciais investidores. Assim, as novas regras entram em vigor em janeiro e, de acordo com um responsável do PS, quem se antecipe não faz nada de ilegal, “sujeita-se apenas a uma sanção moral”.

Ouvido pelo Expresso, Francisco Assis não confirma que já es-

teja tomada a decisão de não legislar a este respeito, mas admite, perante os dados que recolheu, ser essa a sua “inclinação”.

Depois de anunciada a tributação de dividendos, diversas empresas decidiram antecipar-se à entrada em vigor das novas regras — o caso mais notório é a PT, e o facto de ainda não ter chegado a acordo com o Governo para a transferência do seu fundo de pensões (que vai salvar o défice) também pode ter pesado neste recuo dos socialistas.

O PCP leva a votos no dia 2 uma proposta para aplicar a lei já esta ano, mas o PS considerou-a “ineficaz” e comprometeu-se a encon-

trar uma alternativa. Na última reunião da bancada do PS, quinta-feira, António José Seguro reafirmou a necessidade de “uma taxa ou imposto” sobre os dividendos já este ano, defendendo que “a vida pública precisa de moralidade”. E o deputado socialista Marcos Sá insiste, na sua declaração de voto sobre o OE, que “deveriam ter sido tomadas iniciativas adequadas para evitar as já anunciadas antecipações da distribuição de dividendos aos acionistas por parte de diversas empresas, algumas com participações públicas, tendo em vista a tributação fiscal e partilha efetiva dos sacrifícios por todos”. Em vão.